

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
REPOSITÓRIO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA E INTELECTUAL DA UNICAMP

Versão do arquivo anexado / Version of attached file:

Versão do Editor / Published Version

Mais informações no site da editora / Further information on publisher's website:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332016000200401

DOI: 10.1590/18094449201600470005

Direitos autorais / Publisher's copyright statement:

©2016 by UNICAMP/PAGU. All rights reserved.

DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

Cidade Universitária Zeferino Vaz Barão Geraldo

CEP 13083-970 – Campinas SP

Fone: (19) 3521-6493

<http://www.repositorio.unicamp.br>

Economias sexuais, amor e tráfico de pessoas – novas questões conceituais*

Adriana Piscitelli**

Resumo

Neste texto realizo alguns comentários sobre as recentes discussões relativas às economias sexuais, ao tráfico de pessoas e à relação entre essas problemáticas, levando em conta novas questões que se delineiam no debate sobre elas. Neles dialogo com textos publicados neste número dos cadernos pagu, considerando resultados de pesquisas realizadas no Brasil e em outros países da América Latina. Meus comentários estão alinhavados em torno de duas questões que surgem no diálogo entre essa produção e os artigos de Christian Groess-Green, Marcia Anita Sprandel, Kamala Kempadoo e Amalia Cabezas publicados neste volume. Refiro-me, em primeiro lugar, às possibilidades analíticas e às limitações de noções como economias sexuais e mercados do sexo. Uma segunda questão remete às formas de governamentalidade articuladas nos regimes de combate ao tráfico de pessoas que afetam esses intercâmbios, particularmente o trabalho sexual. A pergunta é, nos quinze anos transcorridos a partir da promulgação do Protocolo de Palermo, o mais importante dispositivo legal supranacional relativo a esse crime, que novas questões se delineiam na análise desses regimes e de seus efeitos nas trocas sexuais e econômicas?

Palavras-chave: Mercados do Sexo, Economias Sexuais, Tráfico de Pessoas.

* Recebido para publicação em 07 de junho de 2016, aceito em 21 de julho de 2016.

** Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu, Unicamp, Campinas, SP, Brasil. pisci@uol.com.br

Neste texto realizo alguns comentários sobre as recentes discussões relativas às economias sexuais, ao tráfico de pessoas e à relação entre essas problemáticas, levando em conta novas questões que se delineiam no debate sobre elas. Neles dialogo com textos publicados neste número dos cadernos pagu, considerando resultados de pesquisas realizadas no Brasil e em outros países da América Latina e pontos levantados em diversas discussões coletivas, particularmente nos workshops “Economias Sexuais e Tráfico de Pessoas”¹ e “Trânsitos, crime e fronteiras: gênero, tráfico de pessoas e mercados do sexo no Brasil”², realizados na Unicamp em 2014 e 2015, e no Grupo de Trabalho “Podem os subalternos falar?”³, na Reunião de Antropologia do Mercosul em Montevideo, em 2015. Esse debate remete à consolidação de uma ampla rede de pesquisadores/as envolvidos/as em estudos críticos sobre esses temas, com cujos

¹ Realizado na Unicamp, no *Encontro Repensando Gênero e Feminismos - Pagu 20 anos*, coordenado por José Miguel Olivar, Susanne Hoffman e por mim, com a participação de Aline Tavares; Amalia Cabezas; Ana Paula da Silva; Paula Luna; Anna Paula Araujo; Antonia Pedroso de Lima; Bruna Bumachar; Carol Delgado Carolina Branco; Cecilia Varela; Christian Groes Green; Claudia Fonseca; Fernanda Leão; Flavia Teixeira; Iara Beleli; Kamala Kempadoo; Larissa Pelucio; Laura Lowenkron; Laura Murray; Natalia Corazza; Paula Togni; Santiago Morcillo e Thaddeus Blanchette.

² Reunião, coordenada por Laura Lowenkron e por mim, de encerramento do projeto com o mesmo nome, apoiado pelo CNPq, concluído em 2015 (Piscitelli e Lowenkron, 2015). Nela participaram as/o pesquisadores do projeto Adriana Piscitelli (2015); Laura Lowenkron (2015); Jose Miguel Olivar (2015); Susanne Hoffman (2015); Aline Tavares (2015); Paula Luna (2015) e as/os debatedoras/os: Iara Beleli, Adriana Vianna; Ana Paula Silva; Bela Bianco; Ela Wiecko de Castilho; Fernando Rabossi; Flávia Teixeira; Gabriel Feltran; Geraldo Andreello; Giralda Seyferth; Jania Aquino; Letícia Tedesco; Lindomar Albuquerque; Maia Sprandel; Parry Scott; Thaddeus Banchette. Várias dessas questões também foram discutidas na disciplina “Economias Sexuais: afetos, normatizações, regulações”, ministrada por Susanne Hoffman e por mim em 2015 no programa na Unicamp, frequentada por alunos dessa universidade e da USP, aos quais sou grata pelas discussões.

³ Organizado por Flávia Teixeira, Cecilia Varela e Ela Wiecko de Castilho.

autores/as tive o privilégio de conviver ao longo de vários anos e aos/às quais sou imensamente grata.

Meus comentários estão alinhavados em torno de duas questões que surgem no diálogo entre essa produção e os artigos de Christian Groess-Green, Marcia Anita Sprandel, Kamala Kempadoo e Amália Cabezas publicados neste volume. Refiro-me, em primeiro lugar, às possibilidades analíticas e às limitações de noções como economias sexuais e mercados do sexo. Depois de quase duas décadas de uma renovação e um impressionante aumento na produção socioantropológica que analisa intercâmbios sexuais e econômicos, cabe examinar em que medida essas noções contribuem para a análise dessas trocas.

Uma segunda questão remete às formas de governamentalidade articuladas nos regimes de combate ao tráfico de pessoas que afetam esses intercâmbios, particularmente o trabalho sexual. Refiro-me a esses regimes considerando a constelação de políticas, normas, discursos, conhecimentos e leis sobre tráfico de pessoas formuladas no entrelaçamento de planos supranacionais, transnacionais, nacionais e locais. A pergunta é, nos quinze anos transcorridos a partir da promulgação do Protocolo de Palermo⁴, o mais importante dispositivo legal supranacional relativo a esse crime, que novas questões se delineiam na análise desses regimes e de seus efeitos nas trocas sexuais e econômicas?

Mercados do sexo ou economias sexuais?

As noções de mercados do sexo e de economias sexuais foram formuladas em análises dos intercâmbios sexuais e econômicos que situam essas trocas no amplo âmbito de intercâmbios materiais e simbólicos mediante os quais se organiza o social. Qual é a diferença entre as duas?

⁴ Protocolo adicional à convenção das Nações Unidas contra o crime organizado transnacional relativo à prevenção, repressão e punição do tráfico de pessoas, em especial mulheres e crianças, elaborado em 2000.

No Brasil, disseminou-se a noção de mercados do sexo entendida como inserção no jogo de oferta e demanda de sexo e sensualidade, remetendo a uma dupla problematização: ao questionamento da necessária vinculação da prostituição com a noção de indústria do sexo e à redução do vasto leque de intercâmbios econômicos e sexuais à prostituição (Piscitelli, 2005). A primeira problematização está ancorada na percepção das diversificadas características do trabalho sexual no país, onde com certa frequência a prostituição remete a uma ideia mais artesanal de trabalho do que industrial. O segundo questionamento está associado ao fato de que a oferta e a demanda de sexo e sensualidade estão muitas vezes vinculadas a intercâmbios sociais e econômicos que não são considerados prostituição pelas pessoas neles envolvidas e que fazem parte da socialidade de diversos setores sociais em diferentes partes do país.

Essa noção de mercados do sexo foi formulada tendo como referência uma ideia ampla de mercado, no sentido a ele atribuído por Bourdieu. Trata-se de uma noção que não se reduz à economia de mercado, à organização das relações sociais constitutivas da esfera da produção e/ou ao âmbito no qual tem lugar o consumo. Longe disso, ela remete ao vasto terreno dos intercâmbios materiais e simbólicos mediante os quais se organiza o social. Essa ideia alargada de mercado contribui para considerar que os mercados do sexo envolvem não apenas intercâmbios caracterizados como “comércio”, mas também outras trocas que não são assim concebidas e podem, até, ser pensadas como dádivas (Piscitelli; Assis; Olivar, 2011).

Essa formulação apresenta possibilidades analíticas para considerar as diferentes “escalas” nas quais tem lugar a prostituição e, sobretudo, é fértil em termos de possibilitar a análise do trabalho sexual **conjuntamente** com outros intercâmbios, incluindo modalidades de trocas que não se confundem com a prostituição. Estes últimos, nos quais o sexo é trocado por diferentes bens, incluindo presentes, roupas, celulares, viagens, pagamentos de aluguel, contas médicas, visitas ao cabeleireiro, compras de alimentos, são intercâmbios

frequentemente concebidos no Brasil, em termos empíricos, como “ajuda” (Piscitelli, 2011) e remetem ao que diversos autores denominam de sexo transacional (Hunter, 2010; Kempadoo, 2004; Cabezas, 2009).

Além disso, nos estudos realizados no país, a formulação de mercados do sexo conduziu à reflexão sobre relações sociais intimamente vinculadas às trocas sexuais e econômicas, mas que as extrapolam. Refiro-me ao parentesco que, na forma de obrigações associadas às relações familiares, ao sustento de filhos, irmãos, mães e, às vezes, também à conjugalidade, faz parte do universo mais amplo no qual esses intercâmbios se inserem (Olivar, 2013; Tedesco, 2008; Fonseca, 2004). Finalmente, a noção de mercados do sexo foi desenvolvida em linhas teóricas informadas por perspectivas feministas, levando em conta as distribuições desiguais de poder que permeiam essas trocas e sua expressão na articulação entre gênero e outras categorias de diferenciação, raça, classe, idade, nacionalidade. Nesse marco teórico, as pesquisas que trabalharam com essa noção consideraram as subalternizações e o estigma que marcam a participação nesses intercâmbios, sem deixar de lado as dimensões de agência que se abrem a partir dessas trocas (Blanchette; Silva, 2010; Cantalice, 2016).

A noção de economias sexuais, presente sobretudo na literatura internacional, compartilha diversos aspectos presentes na formulação do mercados do sexo que tem se disseminado no Brasil. Refiro-me particularmente às tentativas de situar os intercâmbios sexuais e econômicos nos universos sociais mais amplos dos quais eles fazem parte. No entanto, nos trabalhos que tratam de economias sexuais não há um acordo sobre o conteúdo dessa noção e sobre o alcance desses universos.

Elizabeth Bernstein (2014) considera que o termo economias sexuais remete ao intercâmbio de sexo por dinheiro no sentido mais literal, mas também às maneiras mediante as quais as circulações sexuais são críticas para outros projetos econômicos, incluindo o humanitarismo, o turismo, o policiamento e o controle das fronteiras. Outras autoras utilizam o termo em sentido mais

restrito, considerando as economias sexuais como o universo de trocas de sexo por dinheiro. No entanto, trata-se de um amplo universo de intercâmbios, incluindo o casamento (Cabezas, 2009; Cole, 2014).

Nestas últimas perspectivas, parte significativa das/os autoras/es recorre à noção de economias sexuais problematizando aspectos da ideia de sexo (heterossexual) transacional, uma das principais categorias mediante as quais foram analisadas as trocas sexuais e econômicas que se distinguem da prostituição. Em alguns casos, questiona-se a fusão do sexo transacional com o trabalho sexual realizada em parte da literatura que trata desses intercâmbios. Em outros, problematiza-se a leitura sobre os fluxos diferenciados de poder que permeiam essas trocas e também o caráter individualista atribuído à noção de sexo transacional.

Amalia Cabezas (2009) oferece um exemplo do primeiro questionamento. A autora recorre à noção de economias sexuais na sua análise do turismo internacional heterossexual em Cuba e na República Dominicana, destacando a importância dos afetos que permeiam as transações sexuais e econômicas entre pessoas locais e turistas estrangeiros. Referindo-se a “economias sexuais e afetivas”, Cabezas inclui nelas o “sexo tático” e também os casamentos. Com a ideia de sexo tático, ela sublinha a dimensão emocional presente em trocas sexuais e econômicas que são contingentes e temporárias, nas quais estão presentes prazer, companheirismo e amizade. Essas características conduzem Cabezas a questionar a identificação dessas trocas com a noção de trabalho sexual uma vez que, de acordo com ela, essas novas formas de práticas não se encaixam nas categorias existentes de trabalho sexual comercial, como a prostituição, nem produzem subjetividades que remetam ao exercício do trabalho sexual.

Groess-Green (2013) problematiza a noção de sexo transacional em outras bases. Baseado em sua etnografia dos relacionamentos entre mulheres de Moçambique e estrangeiros, turistas ou “expats” (migrantes de “países ricos”), o autor questiona a noção de sexo transacional considerando que ela destaca a mercantilização da sexualidade feminina, ignorando o

poder do erotismo feminino e como esse poder se conecta com o parentesco, com as dinâmicas de gênero e com as moralidades presentes nesses intercâmbios. De acordo com Groess-Green, a noção de sexo transacional sobredimensiona as transações de curto prazo, desconhecendo que essas trocas fazem parte de economias morais de intercâmbio mais amplas. No caso por ele estudado, essas economias envolvem a redistribuição de recursos econômicos entre diferentes gerações das mulheres dos grupos de parentesco. O autor opta pela noção de economias sexuais, considerando que ela possibilita rejeitar os pressupostos individualistas presentes na ideia de sexo transacional e situar as trocas sexuais e econômicas em planos mais amplos (Groess-Green, 2014).

Compartilhando esses questionamentos à ideia de sexo transacional, gostaria de chamar a atenção para outra dimensão dessa noção que, do meu ponto de vista, é problemática: como ela tem contribuído para exotizar “Outros”. A categoria sexo transacional tem sido quase exclusivamente utilizada para aludir a intercâmbios sexuais e econômicos em países “pobres”, considerados como “não ocidentais” – e observo que esse é o lugar frequentemente atribuído ao Brasil na literatura internacional. Numa produção de conhecimento na qual apenas pessoas de alguns países “pobres” e sexualizados são vinculadas a esses intercâmbios, a noção de sexo transacional participa no traçado de fronteiras etno-sexuais (Nagel, 2000) que fazem parte da construção de hierarquias globais entre nações, e, às vezes, também internas aos países, quando a sexualização/racialização marca certas classes sociais e etnicidades.⁵

Groes-Green (2014 e neste volume) procura resolver os problemas colocados pela noção de sexo transacional seguindo

⁵ No que se refere à literatura brasileira que contempla intercâmbios sexuais e econômicos, o risco de reiterar essas fronteiras em escala nacional, sexualizando/racializando as classes mais baixas está sendo neutralizado em recentes análises sobre trocas hetero e homossexuais. Esses estudos mostram como essas práticas estão disseminadas em diversas classes sociais, em diferentes partes do Brasil (Araujo, 2015; Piscitelli, 2007; Passamani, 2015).

um caminho analítico particular. Levando em conta como as trajetórias migratórias de jovens mulheres de Moçambique em direção a Europa são moldadas pelos relacionamentos com homens brancos, mais velhos, e também pelas obrigações com as redes femininas dos grupos de parentesco, o autor analisa essas trocas por meio de teorias de intercâmbio, recorrendo ao conceito de patronagem. Ele situa essa noção no âmbito de uma moralidade de trocas que engloba laços econômicos e sociais, mas também favores sexuais, cuidado, amor e obrigações de parentesco marcadas por gênero. Groess-Green considera que no contexto por ele estudado, o conceito de patronagem se aplica aos intercâmbios dessas jovens mulheres com os seus parceiros e também às trocas com integrantes da rede de parentesco, embora uns e outros intercâmbios sejam guiados por diferentes moralidades.

As análises sócio-históricas e antropológicas sobre a organização política e econômica no Brasil têm trabalhado com várias categorias associadas ao conceito de patronagem: coronelismo, mandonismo, clientelismo (Avelino Filho, 1994; Leal, 2012; Carvalho, 1997). Nesses estudos, o clientelismo alude às relações entre patrão e cliente que, concebidas como sistemas de intercâmbio pessoal assimétrico, remetem a processos redistributivos fora do Estado e de instituições econômicas formais.

O clientelismo, intimamente associado às maneiras de operar dos grupos de parentesco, tem sido considerado um princípio estruturante no país. Num mundo social percebido como marcado pela mistura de dimensões “públicas” e “privadas”, o clientelismo teria afetado diversas dimensões da vida social, incluindo padrões de alianças matrimoniais e de intercâmbios sexuais e econômicos fora do casamento. No entanto, considera-se que o clientelismo declinou a partir da primeira década do século XX, no processo de expansão da economia e da arena política (Kuznesof, 1988). Esse declínio, conectado com um processo de democratização associado à expansão de políticas públicas, teria se intensificado nas últimas décadas desse século,

com a progressiva inclusão de diversas áreas do país na economia nacional e com a expansão de programas governamentais voltados para a inclusão social.

Alguns autores consideram, porém, que no Brasil, no marco da persistência de intensas desigualdades de classe marcadas por raça e gênero, e apesar da crescente separação entre esferas pública e privada, o status social e as relações pessoais continuam sendo relevantes na percepção das pessoas e na redistribuição de recursos (DaMatta, 1978). Linda Rebhun (1999) mostra essa importância em contextos nos quais as dimensões privada e pública da vida social se imbricam, observando, em sua análise das alterações nas formações de casais em Caruaru no início da década de 1990, como a linguagem dos afetos é acionada para aludir aos laços morais e emocionais, às lealdades e obrigações produzidos nessas interseções. A autora mostra como o amor e também a falta desse sentimento são acionados em referências à falta de preocupação dos políticos locais pela população da cidade e também às mudanças nos padrões de cortejo e de casamento. A autora argumenta que a utilização dessa linguagem para aludir a ambas dimensões da vida social faz sentido num contexto como o estudado por ela, organizado em torno de uma economia ambígua, na qual a disseminação do dinheiro e do crédito coexistia com a relevância de laços pessoais hierárquicos.

As “economias ambíguas” marcam parcialmente as experiências de muitas brasileiras com as quais trabalhei em circuitos de turismo sexual no Nordeste do Brasil e em contextos migratórios em países do Sul da Europa, nos quais ofereciam serviços sexuais, muitas vezes na situação de migrantes irregulares (Piscitelli, 2013). No entanto, a ideia de clientelismo não se adequa inteiramente a essas experiências. A maioria dessas mulheres tinha tido acesso a empregos sem a mediação de “patronos” e, entre as que moravam no Brasil, a políticas públicas. E algumas tinham nítidas noções de direitos, vinculadas a suas relações com organizações de prostitutas e de migrantes. Os empregos, porém, eram considerados mal pagos e os programas sociais percebidos como insuficientes para atender suas necessidades e seus desejos.

Para “melhorar de vida”, ter acesso a bens de luxo e à viabilização de projetos migratórios que, com certa frequência, envolviam redistribuições de recursos entre suas famílias, elas recriavam, nas relações íntimas, a “tradição” de intercâmbios sexuais e econômicos hierárquicos. No entanto essas trocas, que envolviam lealdades, obrigações e reciprocidade, com frequência se limitavam a essa esfera da vida.

Em termos das pesquisas envolvendo brasileiros/as, contudo, um aspecto da proposta analítica de Groess-Green é particularmente relevante: pensar as trocas econômicas e sexuais levando seriamente em conta como fazem parte de economias morais de intercâmbio. Essas economias morais se delineiam com nitidez nos estudos que, no Brasil, mostram como opera a ideia de “ajuda”, envolvendo pessoas em relações hetero e homossexuais, protagonizadas por homens, mulheres e travestis (Passamani, 2015; Padovani, 2015; Teixeira, 2011; Goulart, 2011).

Estou chamando a atenção para o fato de que diversas análises sobre intercâmbios sexuais e econômicos realizadas no Brasil, trabalhando com categorias próximas da experiência (Geertz, 1974), como é o caso da “ajuda”, apreendidas no âmbito da noção de mercados do sexo, evitaram os problemas analíticos vinculados à ideia de sexo transacional que conduziram vários autores a trabalhar com a noção de economias sexuais. Nesses pontos, as duas noções, mercados do sexo e economias sexuais, são análogas. No entanto, esta última noção apresenta maior rendimento analítico em outro sentido: quando se trata de compreender os intercâmbios sexuais e econômicos que conduzem ao casamento.

A análise dessas trocas permite perceber o principal problema da noção de mercados do sexo. Ela não é inteiramente satisfatória, não por remeter a uma ideia de “economia de mercado” ou de “comércio” – como observei nas páginas anteriores, ela não foi assim pensada no Brasil. A questão é que a noção de mercados do sexo está ancorada numa separação entre mercados do sexo e do casamento, realizada de maneira corrente por Bourdieu e os seus discípulos, que a análise dos intercâmbios

sexuais e econômicos que conduzem ao casamento leva a problematizar.

Quase três décadas atrás, tomando como referência a sociedade francesa da década de 1970, que aparecia como fechada e marcada, sobretudo, por diferenças entre classes sociais, Alain Desroisières (1978) delineava distinções entre esses mercados, seguindo linhas análogas às formulações de Bourdieu sobre estratégias matrimoniais. De acordo com Desroisières, o mercado do sexo e o do casamento não são independentes, mas tampouco coincidem. Segundo o autor, as relações situadas no mercado do sexo são exteriores ao casamento: regidas pela libido e por relações interpessoais, seguem leis diferentes às que regem o matrimônio. Este último é a forma jurídica de um tipo de relação que, socialmente aprovada, se distancia da ideia de transgressão, constitutiva do mercado do sexo. E, num contexto no qual a acumulação de capital material e simbólico possibilita o acesso masculino à sexualidade de um maior número de mulheres, para os homens de classes mais baixas, com menores recursos econômicos e sociais, o casamento se imporia como única via de acesso à sexualidade feminina.

A partir da década de 1990, e particularmente no âmbito da transnacionalização desses mercados, porém, as fronteiras entre eles parecem diluir-se. Essa dissolução não é banal, pois ela envolve a irrupção da transgressão no âmbito do mercado matrimonial. Refiro-me à incorporação da libido no casamento conjuntamente com o desafio a normas homogâmicas e homocromáticas, quando o casamento une pessoas em situações desiguais em termos do posicionamento estrutural de seus países de origem, de classe social e de acesso à documentação, que são afetadas por processos diferenciados de racialização, associados à intensa erotização das pessoas situadas em posição inferior.

Nesse ponto, a noção de economias sexuais oferece uma perspectiva fértil para considerar o conjunto de intercâmbios econômicos e sexuais, uma vez que, longe de fazer uma separação entre mercados do sexo e do casamento, permite explorar como essas trocas articulam ambos os mercados. Nesse sentido, a

conceitualização de economias sexuais de Jennifer Cole (2009) é particularmente interessante. A autora utiliza essa noção em sua análise das trajetórias sexuais/afetivas de mulheres de Madagascar que casam com europeus, aludindo às íntimas vinculações entre intercâmbios econômicos, sexo, afeto e poder, particularmente em momentos/ contextos nos quais a sexualidade se torna um recurso relevante para obter capital econômico e social para pessoas de diferentes classes sociais, dentro e fora do casamento (Cole, 2009; 2014).

Essa acepção possibilita pensar nas economias sexuais como parte das economias cotidianas, no sentido a elas atribuídas por Narotsky e Besnier (2014). Trata-se de como as pessoas comuns subsistem no dia a dia, do que fazem para viver melhor, para ajudar-se entre gerações e para distribuir e redistribuir recursos. Os autores utilizam uma noção ampla de economia que envolve todos os processos mediante os quais se sustenta a vida, indo além das relações de mercado e do puramente material, incluindo estratégias que envolvem relações de cuidado, circulações de afeto, redes de reciprocidade. De acordo com os autores, a ideia de economias cotidianas possibilita pensar o que fazem as pessoas para viver e porque – e nesse porque está presente uma dimensão moral da economia. Ela permite considerar as razões e os afetos que conduzem as pessoas a tomar decisões de tipo econômico, que quase nunca são apenas de tipo econômico, pois estão inseridas e ancoradas em múltiplas obrigações morais. Assim, a ideia de economias sexuais como parte das economias cotidianas contribui para pensar nos relacionamentos contemplados nas diversas etnografias sobre intercâmbios econômicos e sexuais realizadas no Brasil, incluindo aqueles que conduzem ao casamento.

Amor e economias sexuais

Em alguns recentes encontros e workshops, a noção de economias sexuais foi problematizada por ser percebida como vinculada a certa sobredeterminação econômica. Nesse ponto,

Nicole Constable (2009) realiza algumas considerações importantes. Analisando a produção antropológica que trata da mercantilização da intimidade no âmbito da globalização, a autora observa que essa mercantilização não deveria ser um fim analítico, mas um ponto de partida para análises de relações sociais marcadas por gênero, de significados culturais, de desigualdades sociais e de transformações nesses aspectos. Constable chama a atenção para os riscos associados à noção de mercantilização porque, embora ofereça um caminho para iluminar as relações de poder inerentes a uma variedade de relações íntimas, pode sobredeterminar o marco político econômico, ocultando a multiplicidade do poder e os aspectos potencialmente liberadores e transformadores das subjetividades íntimas.

De acordo com a autora, uma maneira de resolver esse perigo seria explorar como a mercantilização das relações íntimas é compreendida por aqueles/as envolvidos/as nesses relacionamentos. Nesse sentido, Constable considera que o amor, seus significados históricos, sua construção, sua performance e sua autenticidade são promissoras áreas de pesquisa. Para ela, o aspecto mais valioso dos futuros estudos residiria na possibilidade de iluminar a articulação entre antigos pressupostos sobre o parentesco e as relações sociais no âmbito de contextos crescentemente globais, móveis e mediados pela tecnologia. A ideia é que a globalização, para além dos seus aspectos problemáticos, também oferece oportunidades para definir novas modalidades de relações e para redefinir espaços, significados e expressões de intimidade que podem transformar e transgredir espaços convencionais e normas de gênero.

Nesse ponto, a produção antropológica que considera como os afetos se imbricam em intercâmbios sexuais e econômicos marcados por desigualdades em espaços transnacionais é instigante. Essa literatura mostra posições diferenciadas. Valerio Simoni (2012) destaca algumas das possibilidades assinaladas por Constable, explorando as possibilidades relacionais do amor. Em sua análise dos relacionamentos sexuais e amorosos entre cubanos e visitantes estrangeiras, o autor observa que para os

participantes nesses encontros transnacionais o amor pode abrir caminhos para as pessoas estarem juntas em maneiras que elas percebem como possibilidades de compartilhar mundos sociais, não determinadas por preocupações materiais e desigualdades estruturais. Maria Tornquist (2013) reconhece essas possibilidades, mas afirma que está longe de ser evidente como intimidade e romance operam num mundo global. Refletindo sobre as dinâmicas racializadas e marcadas por gênero do “turismo de tango” em Buenos Aires, a autora observa que esses relacionamentos podem expressar uma resistência radical às ordens raciais de segregação social e aos pressupostos dominantes nas ordens de gênero, mas também podem remeter a uma das máximas expressões de relações de poder, quando bens materiais e promessas de uma vida melhor são intercambiadas por intimidade.

Esta última possibilidade é sublinhada por Brennan (2007) em sua análise das relações entre mulheres extremamente empobrecidas na República Dominicana e turistas estrangeiros. A autora vincula o amor a “performances” estratégicas mediante as quais as mulheres obtêm o máximo de recursos possíveis dos seus namorados/ amantes, em processos que não desafiam os códigos de gênero existentes. Numa linha mais produtiva em termos analíticos, Sealing Cheng (2010) mostra como as duas possibilidades assinaladas por Tornquist podem estar presentes em um mesmo contexto, mas em diferentes momentos dos relacionamentos e recusa a ideia de “performatividades de amor” sem consequências para as subjetividades afetivas das pessoas envolvidas nesses relacionamentos.

Analisando as construções de amor entre trabalhadoras sexuais filipinas e soldados dos Estados Unidos em clubes da Coreia do Sul, a autora retém a ideia de performance de intimidade, mas mostra como no “jogo do amor”, ela pode ser excedida em qualquer momento. Segundo a autora, o amor sempre potencialmente vai além de sua performatividade e tem consequências subjetivas que não podem ser previstas pelos “jogadores”, convertendo-se, inclusive, em “amor verdadeiro”.

Levando em conta as junções entre amor e economia política, parentesco, gênero e sexualidade num espaço transnacional e considerando o jogo de forças, desigualdades e as tensões entre obrigações familiares e desejos individuais, a autora explora como o amor romântico oferece uma linguagem para a construção do *self*. Em nome do “amor”, as mulheres com as quais ela trabalhou enfrentam criativamente constrições e negociam regimes disciplinares em diferentes escalas no campo transnacional – de gênero, sexualidade, etnicidade, estado/nação, capital global. Nesse contexto, o amor aparece como aspecto integral nas negociações das relações de poder em um lugar transnacional e também no processo de produção do sujeito transnacional. Cheng refere-se ao amor como “arma dos pobres”: suas entrevistadas recorrem aos símbolos e à retórica do amor como marco moral para negociar sua subordinação e perseguir os seus projetos. Nesse sentido, segundo a autora, o amor opera como um modo de agência.

Esse conjunto de leituras oferece caminhos para pensar no lugar ocupado pelo amor nas economias sexuais. No entanto, as articulações entre elas e os afetos e ainda os próprios limites da noção de economias sexuais estão abertos a indagações, que só podem ser respondidas com futuros estudos. Que recursos ideias como “o amor como arma dos pobres” podem oferecer para pensar nos relacionamentos envolvendo homens e mulheres de classes/posicionamentos/localizações sociais que os afastem da ideia de “pobreza”? E quais são as fronteiras das economias sexuais?

A noção de economias sexuais, como todos os conceitos, tem sido formulada e reelaborada em contextos acadêmicos situados. Em parte significativa dos trabalhos sócio-antropológicos, essa noção está voltada para a análise de intercâmbios sexuais e econômicos envolvendo “outros”, pessoas (pobres) do “Sul Global”. Talvez os limites dessa noção possam ser delineados a partir de estudos que, voltados para diversos recortes empíricos, considerem intercâmbios sexuais e econômicos que envolvam

integrantes de diferentes classes sociais e, particularmente, de cidadãos/ãs brancos/as dessas classes no “Norte Global”.

Regimes transnacionais de combate ao tráfico de pessoas: ações “nacionais” e “locais”

Considerando as articulações entre economias sexuais e tráfico de pessoas, abordo a segunda indagação central deste texto: como as trocas sexuais e econômicas que se integram nessas economias, particularmente o trabalho sexual, são afetadas pelas formas de governamentalidade articuladas nos regimes de combate ao tráfico de pessoas? Os textos de Marcia Sprandel, Kamala Kempadoo e Amalia Cabezas publicados neste número dos *Cadernos Pagu* mostram, de diferentes maneiras, esses efeitos, apontando para questões conceituais e jurídicas que alargam o debate. As contribuições desses artigos adquirem sentido situando-as em diálogo com o crescente corpo de leituras críticas sobre esses regimes.

Tomando como referência a disseminação dos regimes de combate ao tráfico de pessoas em diversas partes do mundo, essas leituras levantam alguns pontos importantes. O primeiro deles é que a expansão desses regimes, ancorada numa linguagem de proteção aos direitos humanos, tem estimulado ações que contribuem para reprimir a migração e combater a prostituição, inclusive em países nos quais ela não é ilegal. E, paralelamente, no âmbito dessa expansão tem se oferecido escassa proteção às pessoas consideradas vítimas desse crime.

Ao longo dos anos, os aspectos negativos do combate ao tráfico de pessoas têm sido frequentemente considerados como “dano colateral”, termo que se refere aos impactos adversos das medidas tomadas em nome desse combate, em termos de liberdades individuais e direitos. Os danos colaterais têm sido percebidos como resultado de não se colocar as vítimas no centro das respostas no combate ao tráfico de pessoas (Gallagher, 2015). Talvez o aspecto mais significativo nas críticas recentes seja considerar que um enfoque de direitos humanos é ineficaz para

neutralizar os aspectos problemáticos presentes no Protocolo de Palermo que conduzem a esses danos (Wijers, 2015). O motivo é que no Protocolo de Palermo há uma aparente tensão entre o combate ao crime e à migração irregular e a proteção às vítimas. No entanto, essa tensão é apenas aparente, pois essa disposição legal é eminentemente repressiva, orientada por interesses de securitização (Castilho, 2015).

Um segundo ponto levantado nessas leituras é a fragilidade de parte significativa das pesquisas sobre tráfico de pessoas (Juhu, 2012), que somam dados baseados em diferentes definições desse crime e replicam cifras sobre o número de casos de tráfico de pessoas, sem base empírica, com o propósito político de chamar a atenção para a problemática (Blanchette; Silva, 2012). Um terceiro ponto refere-se à distancia entre os formuladores de políticas de combate ao tráfico de pessoas e os beneficiários dessas políticas, que muitas vezes é resultado da escassa disposição a ouvir as pessoas às quais elas se destinam (Juhu, 2012; Piscitelli, 2013).

Finalmente, o quarto ponto remete à importância de considerar o impacto generativo do Protocolo de Palermo na produção de medidas de combate ao tráfico de pessoas regionais e locais. Essas medidas, incluindo as leis nacionais, são consideradas como o *locus* com maior potencial para gerar medidas criativas ou repressivas no campo desse combate, motivo pelo qual alguns autores consideram que é urgente prestar atenção aos contextos “domésticos”, nacionais/locais (Bhabba, 2015). Neles seria possível perceber como os regimes de combate ao tráfico de pessoas se disseminam mediante o “caráter expansivo” das definições desse crime (Gallagher, 2015). Com esse termo, os autores se referem aos movimentos mediante os quais as conceitualizações do tráfico de pessoas se expandem indo além das intenções dos redatores do Protocolo de Palermo e até de seus objetivos mais amplos, e passam a incluir outras problemáticas, como adoções fora de certos parâmetros éticos, mendicidade, envolvimento forçado em atividades criminosas, uso de pessoas em conflitos armados, sequestros com o fim de extorsão ou de terrorismo político.

O caráter expansivo das conceitualizações sobre tráfico de pessoas

Gallagher (2015) considera que as interpretações expansivas do tráfico de pessoas podem apresentar aspectos positivos, uma vez que problemáticas como trabalho forçado ou casamento forçado têm sido sujeitas a proibições legais que foram ignoradas em diversos países. A ideia é que vincular essas problemáticas ao tráfico de pessoas poderia ter o efeito de que elas fossem sujeitas a uma vigilância legal internacional mais intensa. Pesquisas realizadas no Brasil problematizam essa ideia, mostrando como no âmbito da capilarização⁶ (Foucault, 1979) do debate sobre tráfico de pessoas que se intensificou nos últimos anos no país, os efeitos desse caráter expansivo têm sido negativos, colocando em risco os direitos das pessoas que os regimes de combate ao tráfico de pessoas supostamente devem proteger.

O estudo coletivo realizado no Pagu sobre novas flexões no debate sobre tráfico de pessoas no Brasil, concluído em 2015, mostra como essa capilarização se intensificou entre 2012-2015 (Piscitelli et alii, 2015; Piscitelli e Lowenkron, 2015).⁷ Nesse período, o debate e as ações voltadas para o combate ao tráfico de pessoas no país estiveram marcados pela reelaboração do interesse nas fronteiras nacionais, na gestão da circulação e trânsito entre países vizinhos, particularmente na região amazônica, onde supostamente a ausência do Estado torna as populações locais mais vulneráveis ao tráfico de pessoas e por onde têm chegado fluxos de migrantes não desejados. A essa preocupação adicionou-se uma renovação da inquietação pela relação entre turismo sexual e tráfico de pessoas associados aos grandes eventos esportivos, como o Mundial de Futebol de 2014 e as Olimpíadas em 2016 e à construção de grandes obras.

⁶ Refiro-me a capilarização, no sentido de circulação por fluxos descentralizados de poder que se disseminam no tecido social.

⁷ Para mais informações sobre esse projeto, ver nota 4 neste artigo.

Durante esses anos, articulações com a mídia contribuíram no processo de capilarização do debate, particularmente com a produção da novela *Salve Jorge*, da Rede Globo, em 2013, considerada como um veículo que “levou o tráfico de pessoas” a todo o país e foi associada a um aumento nas denúncias relativas a esse crime, e com a participação de conhecidos artistas na Campanha do Coração Azul, patrocinada pelo Escritório das Nações Unidas contra as Drogas e o Crime/UNODC. Nesse processo, também adquiriu relevância a participação das Igrejas. A Igreja Católica escolheu o tráfico de pessoas como tema da Campanha da Fraternidade de 2014. E a Rede Católica Grito pela Vida, voltada para o combate ao tráfico de pessoas, coincidiu em seu trabalho com grupos evangélicos transnacionais, em movimentos que se tornaram particularmente evidentes no período anterior ao Mundial de Futebol.

Essa pesquisa esteve voltada para os efeitos locais da expansão dos regimes contra o tráfico de pessoas no Brasil. Os resultados mostraram que, nos diversos recortes empíricos⁸, a agenda política contra o tráfico de pessoas, gerada “de fora para dentro”, foi reconfigurada respondendo a lógicas locais e aos interesses dos diversos agentes de capilarização. Nessa reconfiguração, o caráter expansivo das definições de tráfico de pessoas se manifestou em seu acionamento como linguagem política e moral utilizada para aludir à violação de diferentes direitos, não necessariamente vinculados à conceitualização do tráfico de pessoas do Protocolo de Palermo.

⁸ Esses recortes envolveram as dinâmicas do regime de combate ao tráfico de pessoas no Jardim Itatinga, zona de prostituição de Campinas, no Estado de São Paulo (Tavares, 2015); Fortaleza, uma das cidades sedes do Mundial de Futebol (Luna Sales, 2015); Tabatinga, cidade na fronteira com Colômbia e Peru, alvo das preocupações pela circulação nas fronteiras, na Amazônia (Olivar, 2015a); Altamira, cidade do Estado do Pará próxima à construção da mega-hidrelétrica Belo Monte (Piscitelli, 2015); São Gabriel da Cachoeira, cidade com predominância de população indígena (Olivar, 2015b) e com atividades pedagógicas que fazem parte desse regime (Hoffman, 2015).

Essa linguagem, fluida, flexível e mutável, foi apropriada de maneiras diversificadas. O tráfico de pessoas foi acionado como se sintetizasse e possibilitasse a amplificação das críticas à negligência do Estado na construção de grandes obras, em processos que alimentam diferentes modalidades de violência, não apenas sexual, mas também as violências que permeiam os despejos, apropriações de terras, deslocamentos forçados e as brutais consequências ambientais desses empreendimentos (Piscitelli, 2015). Nos contextos estudados, a linguagem do tráfico de pessoas foi também acionada para aludir a diferentes crimes sexuais que tecnicamente não seriam tipificados como tráfico de pessoas – o comércio sexual local, o abuso sexual/estupro de crianças indígenas por homens brancos e até a violação de mulheres indígenas por homens indígenas de etnias consideradas como “superiores”, em hierarquizações locais (Olivar, 2015b). E, em ocasiões, essa linguagem foi utilizada na fronteira, aludindo a possíveis perpetradores de crimes estrangeiros, na produção de hierarquizações entre nacionalidades e na afirmação da relevância do controle das fronteiras (Olivar, 2015).

O ponto é que esses movimentos de apropriação do tráfico de pessoas acabam apagando e diluindo a centralidade de sérios problemas locais como a exploração sexual comercial e o abuso sexual de crianças e adolescentes e até os assassinatos de jovens das favelas (Luna Sales, 2015). E eles conduzem, paralelamente, à repressão do sexo comercial que envolve pessoas adultas e ao controle de trocas sexuais e econômicas que não necessariamente envolvem a prostituição e fazem parte das socialidades locais, particularmente no casos dos/as jovens.

Os resultados dessa pesquisa, assim como outros recentes trabalhos realizados no Brasil e em outros países de América Latina^a, contribuem com as reflexões sobre as relações e tensões entre o caráter expansivo das definições de tráfico de pessoas e ações nacionais de combate a esse crime em partes específicas do mundo (Lowenkron 2015, Teixeira, 2011; Carrijo, 2011; Varela, 2013, 2015; Gutiérrez Gomez, 2015; Morcillo, 2011). Seguindo caminhos diferentes, Marcia Sprandel e Kamala Kempadoo (neste volume)

mostram como esse caráter tem também efeitos negativos no âmbito de discussões voltadas para outros crimes no Brasil e no Canadá.

Sprandel mostra as tensões entre os regimes de combate ao tráfico de pessoas e agendas nacionais/locais de reivindicações de direitos humanos, analisando o percurso de uma categoria nativa, no Brasil, o “trabalho escravo”. A autora observa que essa categoria é uma construção histórica da sociedade brasileira, resultante de tensões e conflitos no campo fundiário e dos direitos do trabalhador que foi tipificada como crime pelo Código Penal (artigo 149). De acordo com Sprandel, no Brasil, o debate sobre essa problemática, marcado por tensões, permite perceber que a erradicação do trabalho escravo, além de uma pauta de direitos humanos, é pauta de luta de trabalhadores por seus direitos fundamentais e por reformas agrária e urbana, apoiada por partidos políticos do campo de esquerda, nos embates no Congresso Nacional.

O ponto mais relevante do texto dessa autora é mostrar como no Brasil o tráfico de pessoas, à maneira de um conceito “guarda-chuva”, passou a englobar conceitual e politicamente a agenda de causas históricas de reivindicações dos direitos humanos no país, incluindo o “trabalho escravo”. E os movimentos que lutam pela erradicação desse problema, assim como outros movimentos de reivindicações de direitos, como os vinculados a migrantes e a trabalhadoras sexuais, têm visto no Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas uma perda de espaço de ativismo político. No âmbito dessa discussão, Sprandel chama a atenção para os riscos vinculados a esse caráter expansivo das definições de tráfico de pessoas num sentido particular, considerando os possíveis efeitos da inclusão do “trabalho escravo” no tipo penal “tráfico de pessoas”, levando em conta o potencial deslizamento da questão do universo do direito ao trabalho e à mobilidade para a seara penal, com a provável criminalização de redes familiares e de apoio e do próprio trabalhador.

Tomando como referência a disseminação dos regimes de combate ao tráfico de pessoas no Canadá, Kempadoo mostra como o caráter expansivo das definições de tráfico de pessoas nesse país se articula com aquele que permeia a disseminação dos regimes de combate ao tráfico de pessoas em escala global. De acordo com ela, nestes últimos, a definição de tráfico de pessoas tem progressivamente incluído, além de prostituição, trabalho infantil, trabalho exercido por migrantes irregulares e “escravidão moderna”. Analisando os principais movimentos que sustentam essa disseminação, a autora presta atenção a uma tendência crescente e pouco analisada até o momento: o “humanitarismo das celebridades”, referindo-se à caridade global e aos esforços filantrópicos de estrelas de cinema e TV, algumas das quais trabalharam como embaixatrizes das Nações Unidas na temática do tráfico de pessoas, bilionários e organizações não governamentais espetaculares.

Chamando a atenção para o caráter racializador e subalternizador dessas campanhas, Kempadoo observa seus efeitos na intensificação de ideologias contrárias à prostituição, da vigilância do comércio sexual e das missões de resgate que infantilizam mulheres e meninas. E o aspecto mais significativo da análise da autora é mostrar como o conjunto de movimentos que participam na expansão dos regimes de combate ao tráfico de pessoas promove um discurso neoliberal racializado que, longe de problematizar o capitalismo corporativo do século XXI, o afirma, considerando-o apenas como um contexto no qual tem lugar o tráfico de pessoas, no lugar de identificá-lo como o problema do qual as pessoas precisam ser libertadas.

O texto de Amalia Cabezas publicado neste número dos *cadernos pagu* oferece novos elementos para avançar nessas reflexões, analisando um caso praticamente inverso. Refiro-me à recusa, por parte de agentes vinculados a diversas instâncias de governamentalidade, a reconhecer “vulnerabilidades” e a conceder o potencial estatuto de vítimas de tráfico de pessoas, num contexto xenofóbico, a migrantes subalternizadas: mulheres dominicanas em Puerto Rico. A autora mostra como as políticas

de combate ao tráfico de pessoas são acionadas na área metropolitana de San Juan, argumentando que, nesse contexto, a racialização dessas migrantes, sua trajetória laboral sexualizada e o marco de compreensão para o tráfico humano nos planos nacionais e internacionais colocam essas mulheres fora do espectro da atenção e da assistência no plano do Estado e da sociedade civil.

As leituras críticas sobre os regimes de combate ao tráfico de pessoas no Brasil e em outros países da América Latina problematizam as ações de combate a esse crime voltadas para as/os migrantes. Diversos estudos mostram como a insistência na vulnerabilidade das latino-americanas, incluindo as brasileiras, em países “ricos” contribui para que as migrantes dessas nacionalidades envolvidas em trabalhos sexualizados, particularmente na indústria do sexo, sejam consideradas vítimas de tráfico de pessoas, para depois serem deportadas como migrantes irregulares (Lowenkron; Piscitelli, 2015b). Nesse ponto, o texto de Cabezas apresenta a originalidade de mostrar como o acionamento de discursos que negam a certas categorias de pessoas a possibilidade de serem consideradas vítimas desse crime também opera como discriminação/estigmatização.⁹

No âmbito das questões mais amplas levantadas neste texto, o trabalho de Cabezas é altamente significativo uma vez que oferece elementos para perceber que na expansão dos regimes de enfrentamento ao tráfico de pessoas, os discursos vinculados ao combate a esse crime participam na marginalização de certas populações, seja produzindo vítimas, ou, ao contrário, negando a algumas categorias de pessoas a possibilidade de aceder a esse estatuto.

⁹ Neste ponto é interessante uma comparação com o caso brasileiro, analisado por Lowenkron (2015), quando agentes vinculados a forças de segurança admitem que, tecnicamente, certas mulheres possam ser “vítimas” de tráfico de pessoas, de acordo com a tipificação do Protocolo de Palermo. No entanto, ao mesmo tempo, quando se trata de certas mulheres, sexualizadas, as distanciam inteiramente da ideia de vítimas.

Considerações finais

Encerrando este texto, realizo duas observações sobre as questões nele contempladas e sobre o conjunto dos trabalhos comentados. O corpo de estudos sócio-antropológicos sobre mercados do sexo e economias sexuais tem se ampliado de maneira notável. Neles, é perceptível uma crescente complexidade analítica, com a elaboração de novas perguntas, associadas aos desafios colocados por material empírico relativo a contextos situados em diferentes partes do mundo. E os estudos críticos sobre os regimes de combate ao tráfico de pessoas têm tido um desenvolvimento análogo, impulsionado, às vezes, por pessoas que desenvolveram pesquisas voltadas para umas e outras problemáticas e para a articulação entre ambas. Esses estudos mostram novas indagações, formuladas nas tentativas de articulação entre os diversos planos e escalas nas quais operam esses regimes, e oferecem elementos para pensar sobre a integração nos regimes de combate a esse crime de países com diferentes políticas migratórias, fluxos de mobilidades através das fronteiras, modelos legais relativos à prostituição e concepções de trabalho forçado, nos quais os posicionamentos em termos de moralidades, segurança nacional e humanitarismos não são necessariamente coincidentes.

A crescente elaboração teórica e metodológica nesses campos de estudo, porém, não está necessariamente acompanhada por uma maior eficácia na intervenção na arena política. A questão que ainda se coloca para as/os que estudamos essas problemáticas, compartilhando o compromisso com os direitos das pessoas com as quais trabalhamos e o reconhecimento de suas possibilidades de agência nas diferentes atividades nas quais se engajam em procura de um futuro melhor, é quais caminhos trilhar para contrarrestar os efeitos negativos desses regimes.

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, Anna Paula Moreira de. O trabalho de promotora de eventos. In: *XI Reunião de Antropologia do Mercosul*, Montevideo, 2015.
- AVELINO FILHO, G. Clientelismo e política no Brasil: revisitando velhos problemas. *Novos Estudos CEBRAP*, 38(1), São Paulo, 1994, pp.225-40.
- BERNSTEIN, Elizabeth. Introduction: Sexual Economies and New Regimes of Governance. *Social Politics: International Studies in Gender, State & Society* 21.3, Oxford, 2014, pp.345-354.
- BHABHA, J. Looking Back, Looking Forward: The UN Trafficking Protocol at fifteen. *Anti-Trafficking Review*, nº 4, 2015, pp.3-12 [www.antitraffickingreview.org – jun. 2015].
- BLANCHETTE, T. G.; SILVA, A. P. A Mistura Clássica: miscigenação e o apelo do Rio de Janeiro como destino para o turismo sexual. *Bagoas*, nº 05, Natal, 2010, pp.221-244.
- BLANCHETTE, T. G.; SILVA, A.P. On bullshit and the trafficking of women: moral entrepreneurs and the invention of trafficking of persons in Brazil. *Dialectical Anthropology*, vol. 36, nº 1, 2012, pp.107-125.
- BRENNAN, Denise. Love Work in a Tourist Town: Dominican Sex Workers and Resort Workers Perform at Love. In: PADILLA, Mark et alii (eds.). *Love and Globalization. Transformations of Intimacy in the Contemporary World*. Nashville, Vanderbilt University Press, 2007, pp.203-226.
- CABEZAS, Amalia. *Economies of Desire, Sex and Tourism in Cuba and the Dominican Republic*. Temple University Press, 2009.
- CABEZAS, Amalia, Invisible Dominican Women: Discourses of Trafficking into Puerto Rico. *cadernos pagu* (47), Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2016.
- CANTALICE, Tiago. *Dando um banho de Carinho! Os caça gringas e as interações afetivo sexuais em contexto de viagens turísticas*, Pipa/RN. Paco Editorial, Jundiaí, 2016.
- CARRIJO, Gilson Goulart. Imagens em trânsito: narrativas de uma travesti brasileira. In: PISCITELLI, Adriana; ASSIS, Gláucia Oliveira de; OLIVAR, José Miguel Nieto (org.). *Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades*

transnacionais envolvendo o Brasil. Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2011, pp.263-320.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. *Dados* [online], Rio de Janeiro, vol.40, nº 2 [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003&lng=en&nrm=iso].

CASTILHO, E. W. V. de. Human Trafficking in Brazil: Between crime-based and human rights-based governance. *Anti-Trafficking Review*, nº 4, 2015, pp.174-185 [www.antitraffickingreview.org].

CHENG, Sealing. *On the Move for Love. Migrant Entertainers and the U.S. Military in South Korea*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 2010.

COLE, Jennifer; THOMAS, Lynn. *Love in Africa*. Chicago, The University of Chicago Press, 2009.

COLE, Jennifer. Producing Value among Malagasy Marriage Migrants in France Managing Horizons of Expectation. *Current Anthropology*, 55/9, 2014, pp.S85.

CONSTABLE, Nicole. The Commodification of Intimacy: Marriage, Sex and Reproductive Labour. *Annual Review of Anthropology* (38), Massachusetts, 2009, pp.49-64.

DA MATTA, Roberto. Você sabe com quem está falando? Um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil. In: _____. *Carnavais, Malandros e Heróis: Para uma Sociologia do Dilema Brasileiro*, Rio de Janeiro, Editora Rocco, 1978, pp.187-260.

DESROISÈRES, Alain. Marché Matrimonial et Structure des classes sociales. *Actes de la Recherche em Sciences Sociale* (21), 1978, pp.97-107.

FONSECA, Claudia. A morte de um gigolô : fronteiras da transgressão e sexualidade nos dias atuais. In: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio (orgs.). *Sexualidade e Saberes: Convenções e Fronteiras*. Rio de Janeiro, Garamond, 2004, pp.257-281.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979.

- GALLAGHER, A. T. Two Cheers for the Trafficking Protocol. *Anti-Trafficking Review*, n° 4, 2015, pp.14-32 [www.antitraffickingreview.org – jun. 2015].
- GEERTZ, Clifford. From the Native's Point of View: On the Nature of Anthropological Understanding. *Bulletin of the American Academy of Arts and Sciences*, vol. 28, n° 1, out. 1974, pp.26-45.
- GROESS-GREEN, Christian. Putting men in a bottle Eroticism, kinship, female power, and transactional sex in Maputo, Mozambique. *American Ethnologist*, vol. 40, n° 1, 2013, pp.102-117.
- GROESS-GREEN, Christian. Journeys of patronage: moral economies of transactional sex, kinship, and female migration from Mozambique to Europe. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, vol.20, n° 2, 2014, pp.237-255.
- GROESS-GREEN, Christian. Exploitation or appreciation? Intimate patronage and the moral grammar of sexual-economic exchanges between young curtidoras and older European expat men in Maputo, Mozambique. *cadernos pagu* (47), Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2016.
- GUTIÉRREZ GÓMEZ, Jessica. El papel de la confesión y la verdad en los dispositivos de rescate a víctimas de trata explotación sexual en Argentina. In: *Reunião de Antropologia do Mercosul*, Montevideo, 2015.
- HOFMANN, Susanne. Prevenir o tráfico de pessoas no Brasil: vítimas, desejos de controle, trabalho em rede e a divulgação de uma perspectiva hegemônica sobre o tráfico. In: *Seminário Trânsitos, crime e fronteiras*, Campinas, 2015.
- HUNTER, Mark. *Love in the Time of Aids. Inequality, gender and Rights in South Africa*. Bloomington, Indiana University Press, 2010.
- JUHU, Thukral. Accountability and the Use of Raids to Fight Trafficking. *Anti-trafficking Review*, n° 1, junho 2012, pp.134-149.
- KEMPADOO, Kamala. *Sexing the Caribbean. Gender, Race and Sexual Labour*. Abingdon, Routledge, 2004.
- KEMPADOO, Kamala. Revitalizing Imperialism: Contemporary Campaigns against Sex Trafficking and Modern Slavery. *cadernos pagu* (47), Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2016.

- KUZNESOF, Elizabeth Anne. A família na sociedade brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social (São Paulo, 1700-1980). In: SAMARA, Eni de Mesquita. *Família e Grupos de Convívio. Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH/Marco Zero 9, 1988, pp.37-64.
- LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo, Editora Companhia das Letras, 2012 [1976].
- LOWENKRON, Laura. O tráfico de pessoas a partir do olhar policial: construção de uma categoria criminal e desconstrução de um problema social. In: *Seminário Trânsitos, crime e fronteiras*, Campinas, 2015a.
- LOWENKRON, Laura. Corpos em trânsito e o trânsito dos corpos: a desconstrução do tráfico de pessoas em investigações da Polícia Federal. In: *Reunião de Antropologia do Mercosul*, Montevideo, 2015b.
- LUNA SALES, Paula. Sexo transnacional, exploração sexual e turismo em Fortaleza durante a Copa: efeitos das ações contra o tráfico de pessoas sobre as dinâmicas dos mercados do sexo. In: *Seminário Trânsitos, crime e fronteiras*, Campinas, 2015.
- MORCILLO, Santiago. De cómo vender sexo y no morir en el intento. Fronteras encarnadas y tácticas de quienes trabajan en el mercado sexual. *Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad*, n. 7, 2011, pp.17-28.
- NAGEL, Joan. Ethnicity and Sexuality. *Annual Review of Sociology*, vol. 26, 2000, pp.107-133.
- NAROTZKY, Susana; BESNIER, Niko. Crisis, Value, and Hope: Rethinking the Economy: An Introduction to Supplement. *Current Anthropology*, 55/9, 2014, S4.
- OLIVAR, José Miguel Nieto. *Devir Puta*. Políticas da prostituição de rua na experiência de quatro mulheres militantes. EDUERJ/CLAM, Rio de Janeiro, 2013.
- OLIVAR, José Miguel Nieto. *O dia que o tráfico chegou na fronteira*. Sobre a construção capilar do “tráfico” como um dispositivo composto de governamentalidade em Tabatinga (AM). In: *Seminário Trânsitos, crime e fronteiras*, Campinas, 2015a.

- OLIVAR, José Miguel Nieto. São Gabriel da Cachoeira e a “exploração sexual de menores indígenas”. Formas e limites de uma categoria no embate colonial. In: *Seminário Trânsitos, crime e fronteiras*, Campinas, 2015b.
- PADOVANI, Natalia Corazza. *Sobre Casos e Casamentos: Afetos e “amores” através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona*. Tese (Doutorado em Antropologia) – IFCH, Unicamp, Campinas, 2015.
- PASSAMANI, Guilherme Rodrigues. *Batalha de Confete no Mar dos Araxás*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – IFCH, Unicamp, Campinas, 2015.
- PISCITELLI, Adriana. Apresentação, Gênero no mercado do sexo. *cadernos pagu* (25), Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, julho-dezembro de 2005, pp.7-23.
- PISCITELLI, Adriana. Shifting Boundaries: Sex and Money in the Northeast of Brazil, *Sexualities*, vol 10-4, Essex, 2007, pp.489-500.
- PISCITELLI, Adriana. Amor, apego e interesse: trocas sexuais, econômicas e afetivas em cenários transnacionais. In: PISCITELLI, Adriana; ASSIS, Gláucia Oliveira de, OLIVAR, Jose Miguel Nieto (Org.). *Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil*. Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, Coleção Encontros, 2011, pp.537-582.
- PISCITELLI, Adriana; ASSIS, Gláucia Oliveira de, OLIVAR, Jose Miguel Nieto. Introdução: transitando através de fronteiras. In: _____ (org.). *Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil*. Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, Coleção Encontros, 2011, pp.5-30.
- PISCITELLI, Adriana. *Trânsitos, Brasileiras nos mercados transnacionais do sexo*. Rio de Janeiro, Editora da UERJ/CLAM, 2013.
- PISCITELLI, Adriana. Altamira: a linguagem do tráfico de pessoas no âmbito de um intenso conflito social. In: *Seminário Trânsitos, crime e fronteiras*, Campinas, 2015.
- PISCITELLI, Adriana; LOWENKRON, Laura. Apresentação: novas flexões no debate sobre tráfico de pessoas no Brasil. In: *Seminário Trânsitos, crime e fronteiras*, Campinas, 2015a.

- PISCITELLI, Adriana; LOWENKRON, Laura. Categorias em movimento: a gestão de vítimas do tráfico de pessoas na Espanha e no Brasil. *Ciência e Cultura* 67.2, 2015b, pp.35-39.
- PISCITELLI, Adriana; LOWENKRON, Laura; OLIVAR, José Miguel; TAVARES, Aline. Trânsitos, crime e fronteiras: novas flexões no debate sobre tráfico de pessoas no Brasil. Relatório final de pesquisa, CNPq, Unicamp, 2015.
- REBHUN, L. A. *The heart is Unknown Country. Love in the changing economy of Northeast Brazil*. Stanford, Stanford University Press, 1999.
- SIMONI, Valerio. Love, Interest and Morality in Touristic Cuba. Paper Apresentado no *International Congress of Americanists*, Vienna, 2012.
- SPRANDEL, Marcia. *Vou pra rua e bebo a tempestade*: observações sobre os dissabores do guarda-chuva do tráfico de pessoas no Brasil. *cadernos pagu* (47), Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2016.
- TAVARES, Aline. Zonas de circulação: Deslocamentos, Mobilidades e perigos em contextos de prostituição. In: *Seminário Trânsitos, crime e fronteiras*, Campinas, 2015.
- TEDESCO, Leticia da Luz. Explorando o negócio do sexo: uma etnografia sobre as relações afetivas e comerciais entre prostitutas e agenciadores em Porto Alegre/RS. Dissertação (Mestrado em Antropologia), UFRGS, 2008.
- TEIXEIRA, Flávia do Bonsucesso. Juízo e Sorte: enredando maridos e clientes nas narrativas sobre o projeto migratório das travestis brasileiras para a Itália. In: PISCITELLI, Adriana; ASSIS, Gláucia Oliveira de, OLIVAR, Jose Miguel Nieto (Org.). *Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil*. Campinas, SP, Pagu/Unicamp, 2011, pp.226-262.
- TORNQUIST, Maria. *Tourism and the Globalization of Emotions, the intimate economy of tango*. London, Routledge, 2013.
- VARELA, Cecilia. De la “letra de la ley” a la labor interpretante: la “vulnerabilidad” femenina en los procesos de judicialización de la ley de trata de personas (2008-2011). *cadernos pagu* (41), Campinas,

Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, julho-dezembro de 2013, pp.265-302.

VARELA, Cecilia. Del trabajo a la cárcel: trayectorias de mujeres en el sexo comercial. In: *Reunião de Antropologia do Mercosul*, Montevideo, 2015.

WIJERS, M. Purity, Victimhood and Agency: Fifteen years of the UN Trafficking Protocol. *Anti-Trafficking Review*, n° 4, 2015, pp.56-79 [www.antitraffickingreview.org – acesso em nov. 2015].